

## A ARTE DE CONQUISTAR: COMO SERÁ A VIDA NA NOVA ÁREA?

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro<sup>▼</sup> - UNIOESTE

Este estudo tem como meta discorrer a respeito da introdução do Oeste do Paraná à competência do Estado-nação, versando particularmente sobre a expropriação das terras guaranis localizadas na região durante aquela a que se convencionou designar como “colonização contemporânea” desta circunscrição geográfica. Enfatize-se que a análise da temática está pautada na conjugação dos aportes da teoria do contato e da etnologia clássica, uma vez que se examinam episódios que, se por um lado, são oriundos de iniciativas de setores da sociedade nacional, por outro, apresentam desdobramentos cruciais para o coletivo indígena.

Diante do imperativo de discernir com mais pertinência os interlocutores presentes no contexto a delinear, descrevem-se aspectos relativos a períodos anteriores e, mais especificamente, à “colonização recente” da região. Salienta-se, outrossim, que as ações da pluralidade de frações da sociedade nacional que ocasionalmente interagem com a coletividade indígena, são abordadas *em relação* a ela, perspectiva que leva a rechaçar a hipótese de que a intervenção de não-índios, por si, só, produz mutações no modo de ser e viver dos Guarani, metamorfoseando-os em rudimentares criaturas do Estado-nação.

Desde o início de sua progressiva ocupação por setores da sociedade nacional, o Oeste paranaense, apreendido tradicionalmente como território guarani, é transformado numa espécie de campo de forças, constituído por uma complexa rede de conexões sociais internas. A região torna-se, assim, cenário de fixação de fronteiras territoriais e culturais e de manifestação de alteridade, como também do contato entre concretizações de espacialidades distintas, que, completamente incompatíveis, inevitavelmente resultam em alguma forma de conflito.

Em síntese, o Oeste é o *locus* da corporificação da diferença entre *nós*, os Guarani, e os *outros*, não-índios, que chegam de repente. O surgimento das frentes de ocupação representa

---

<sup>▼</sup> Professora Adjunta do Curso de História, Centro de Ciências Humanas Educação e Letras, Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

alterações substanciais para os indígenas, uma vez que eles consistem para os colonizadores em obstáculos a eliminar. Neste sentido, os neófitos utilizam-se de uma variedade de artifícios no intuito de expulsar o povo nativo, apropriando-se de vastas parcelas de suas terras. Sublinhe-se que estas áreas expropriadas significam lugares de expressão de uma espacialidade típica e de concretização de relações sociais que garantem a perpetuação da sociedade.

Os territórios são locais determinados onde se definem relacionamentos sociais e étnicos específicos<sup>1</sup>. O controle territorial é indispensável para o poder hegemonicamente instituído, requerendo a adoção de medidas compatíveis para alcançá-lo, o que é possível observar através da ação dos diversos agentes do Estado-nação que têm como meta a inserção do Oeste nas esferas de uma *sociedade moderna*, tendo em vista que a consolidação deste propósito depende, dentre outros fatores, da homogeneização étnica.

O conceito de territorialidade de certa forma complementa o exposto, visto que, embora abstrato por excelência, significa uma espécie de interação entre o homem e o espaço<sup>2</sup>. Ele contribui para explicitar a ligação dos Guarani com a terra, enfatizando a necessidade de uma configuração geográfica determinada, para que um sítio seja considerado por esses índios como seu território, o que é o caso do Oeste paranaense.

O espaço, reiterando-se, é o lugar vivenciado, instância de produção e reprodução da sociedade e de manifestação do sentimento de pertença. A espacialidade é como um quadro de referência no mundo de significações das coletividades, atribuindo sentido aos locais. Ela encontra respaldo num código social comum, cuja base tem uma conotação real, já que fundada num contexto de solidariedade territorial<sup>3</sup>. Os Guarani têm na sua maneira de vivenciar os lugares, transformando-os em seus espaços, um elemento constitutivo do seu modo de ser e viver, sendo compelidos, em virtude da progressiva expropriação e redução de terras onde possam levar a efeito o *bom modo de ser*, a contínuas adaptações.

A *revolução de 1930*<sup>4</sup>, na sua busca nem sempre bem sucedida de dirimir as particularidades regionais inaugurando um Estado centralizado de fato, traz em si “uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês”<sup>5</sup>, projeto que assume feições mais definidas após a implantação do

Estado Novo. Ele se distingue por uma ação *unificadora* e conseqüentemente excludente, sustentada na insistência da diluição das diferenças políticas, sociais, econômicas, regionais e étnicas, cujo êxito aparente seria forjado pelo encobrimento da diversidade por uma atuação de viés populista.

Visualiza-se, portanto, que, se desde o final do século XIX, o Governo demonstra certa preocupação em nacionalizar os domínios a Oeste do país, no transcurso do Estado Novo (1937-1945) medidas efetivas são tomadas com esta finalidade. É um período marcado pela necessidade de incrementar a produção agrícola, pelo temor e combate à desnacionalização e, por fim, pela rarefeita densidade populacional de algumas parcelas do território brasileiro. De acordo com a concepção dos agentes dos poderes estabelecidos, esse relativo despovoamento deixa tais localidades livres para supostas invasões estrangeiras.

Em consonância com os propósitos do modelo de Estado que se instaura, idealiza-se e se concretiza a partir de 1943, na medida das probabilidades, a *Marcha para o Oeste*. A meta deste projeto é, principalmente, consolidar no âmbito agrícola o programa político-econômico de Vargas, de conotação, saliente-se, declaradamente nacionalista, através da ocupação das fronteiras oestinas. Noutras palavras, ao mesmo tempo em que se tenta inserir a região à esfera do Estado-nação, expande-se o capitalismo no campo<sup>6</sup>.

Acrescente-se ao processo homogeneizador da ditadura varguista, o Plano de Metas lançado por Juscelino<sup>7</sup>, na segunda metade dos anos 1950, que, embora divulgue a si próprio como uma superação do regime que o precede, de alguma forma o complementa. Seu discurso, em linhas gerais, apregoa o objetivo de *superar o atraso* que grassa no país, congregando interesses conflitantes por meio da colaboração da população num projeto de construção nacional, que teria como horizonte um futuro melhor conquistado pelo trabalho de todos, obviamente, em medidas diferenciadas.

É interessante fazer constar que, a despeito do Plano não exprimir atenção com qualquer tipo de planejamento regional, paradoxalmente, ele incide em alterações relevantes no que tange à estrutura territorial da nação como um todo. Pode-se creditar este fator à lógica da etapa específica do capitalismo à qual está vinculado o projeto desenvolvimentista de Juscelino, que correlaciona a ampliação de áreas sob a influência do sistema com a reprodução de capitais. Neste sentido, justifica-se a política de centralização e unificação do país com a inclusão de vastas zonas ao âmbito do Estado-nação, como é o caso do Oeste paranaense.

Diante do exposto, evidencia-se que o século XX traz consigo profundas transformações para o Oeste. Esta região, durante as primeiras décadas da centúria, distingue-se pela quase absoluta inexistência de liames de quaisquer ordens no que diz respeito ao Estado brasileiro. A principal atividade econômica desenvolvida nestas imediações é, então, a exploração predatória de recursos naturais, basicamente a erva-mate e a madeira, levada a efeito por empresários estrangeiros.

Por volta de 1930, tem início uma progressiva política de introdução destas cercanias ao jugo político do poder centralizador da nação, consolidada nos decênios seguintes por meio da implantação paulatina de projetos de colonização com trabalhadores nacionais. Entende-se, na época, que esta é a forma mais eficaz de alçar estas fronteiras à condição de comparte de um *país moderno*.

Ao ter início a fixação dos *conquistadores* contemporâneos, estas terras já se encontram habitadas por povos indígenas, especificamente os Guarani *Ñandeva* e *Mbyá* que percebem como seu o espaço que separa as atuais cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra, margeando o rio Paraná. É conveniente reiterar que a dimensão efetiva do território tradicional guarani, intrínseca ao seu mundo de significados, é retalhada em razão da imposição dos limites definidores das nações latino-americanas. Há que mencionar, contudo, que este coletivo interpreta e internaliza a nova situação espacial, transcendendo-a e a manipulando em benefício próprio, em decorrência de circunstâncias particulares.

Eficientes na arte da caça e da pesca, os Guarani são também excelentes horticultores, o que os habilita a caminhar sem cessar no interior do seu território, sem receio de padecer por carência de víveres. É plausível compreender como peregrinações peculiares a estes índios a simples ausência de um único indivíduo ou de toda uma família próxima (da aldeia de que são membros) com a intenção de visitar parentes em outras áreas ou mesmo trabalhar temporariamente para os *brancos* como *bóias-frias*, atividade bastante comum, conforme é possível divisar.

Outra modalidade do caminhante Guarani é a transferência de aldeias inteiras dentre as fronteiras que marcam as suas terras, o que, considerando as propriedades de sua economia, torna lícito supor que se justifique pela precaução de não exaurir os recursos naturais dos locais em que estão ocasionalmente assentados, reputando-se que sua forma de ocupação do espaço, conseqüentemente, não é intensiva, nem tampouco predatória. Ressalte-se que fatores elementares para a realização dos padrões culturais destes índios são a possibilidade de desfrutar de terrenos ricos em matas e águas, dotados de solos férteis e adequados ao cultivo e, horizontes amplos, pelos quais possam perambular.

Os Guarani de hoje já não se caracterizam por um *ethos* impositivo, como aquele que consta dos relatos acerca do início do processo de conquista, que impeça a presença de *outros* em territórios que entendem como seus. Esta faceta se manifesta na interação com grupos étnicos diversificados e, no que respeita a este estudo, com várias frações da sociedade nacional. Exemplo disto é a freqüência com que se oferecem como força de trabalho para os não-índios, desde *obrageros* até colonos, passando, no entanto, por episódios de violência e tentativas de extração compulsória de sua mão-de-obra. Mas, da mesma maneira, eles elaboram e incorporam hábitos e objetos pertinentes ao entorno, revestindo-os de significados diferentes. Os múltiplos contatos que a sociedade Guarani mantém ao longo do seu devir, com base numa rede de sentidos imanente, são fatores que atuam no processo de auto-alteração e composição de sua auto-identificação no presente.

Sustenta-se que é válido transpor os aportes de Viveiros de Castro<sup>8</sup> acerca dos Tupinambá para os Guarani, quando o autor pondera que, ao estabelecer relações com os *brancos*, os índios transformam sua própria sociedade. Assevera-se, outrossim, que “a inconstância da alma selvagem”, na sua abertura, expressa um determinado modo de ser, no qual a troca, ou reciprocidade, ao invés da identidade, é o valor fundamental a ser resguardado.

Os Guarani são abertos para a história de uma maneira análoga àquela que Sahlins<sup>9</sup> denomina de performativa – percebe-se que o próprio autor insiste em declarar que nenhuma sociedade é puramente performativa ou prescritiva –, no sentido de que assimilam as contingências que o viver lhes impõe, apreendendo e recriando os aspectos componentes do *mundo dos brancos* como parte do seu próprio universo. Nesta perspectiva, reitera-se o pressuposto de que o entorno regional estabelecido deve ser percebido como parte do contexto da sociedade Guarani ou, em outros termos, como integrante de sua situação histórica.

A colonização recente do Oeste por migrantes descendentes de alemães e italianos está inserida numa conjuntura econômica e política que enfatiza o desenvolvimento nacional, alicerçado, principalmente, na industrialização e na modernização agrícola. Ademais, há o fato de que em muitas zonas tradicionalmente povoadas, ocorre o esgotamento das possibilidades de produção, agravada por uma incipiente mecanização das atividades agrícolas, fatores que, conjugados, resultam na liberação de trabalhadores, compelindo muitos agricultores *expulsos* de suas regiões de origem, a migrarem em busca de novas fronteiras a ocupar.

Em síntese, a colonização consiste num meio de escoamento para excedentes populacionais de regiões que já não permitem a permanência no campo, operando, igualmente, para *nacionalizar* estas terras, introduzindo-as na lógica capitalista, tornando-as partícipes e colaboradoras do *progresso* brasileiro. Dentre as empresas que levam a efeito o povoamento e a colonização da região, transmudando-a em componente de uma *nação moderna*, aquela cuja atuação é qualificada como exemplar é a da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, a Companhia Maripá.

Observe-se que os nativos aceitam a presença de *brancos*, inclusive labutando como assalariados para o esquema extrativo da Companhia. É provável que isto se deva ao fato de que, nesta fase, as atividades da Maripá não implicam na imposição de entraves à realização do modo de viver dos indígenas, tendo em vista que não demandam a fixação territorial de elementos alógenos. Antes de tudo, no entanto, existe o imperativo de mão-de-obra barata e resistente à lida para efetuar a exportação madeireira e instalar a infra-estrutura reservada à recepção dos futuros habitantes. Desta forma, por vezes, quando os índios querem algum dinheiro, aparecem para trabalhar; outras não, dependendo de sua vontade.

A maneira de cultivar a terra e, em complemento, a economia praticada pelos nativos, são avaliadas como antieconômicas pelos agentes da colonização. Em conseqüência, esse povo é sumariamente repellido, por meio dos mais variados procedimentos, perante a urgência de abrir espaço para a “colonização oficial que ocorre sob o referencial do moderno, consagra o migrante que incorporou a centralidade ética do trabalho e é detentor de uma competitividade produtivista”<sup>10</sup>.

O processo de colonização “expandindo a propriedade privada da terra como meio de produção e como objeto de especulação imobiliária” transforma a mesma em mercadoria. Neste sentido, a terra não pode mais permanecer sendo a instância de materialização do *bom modo de ser* legado pelos ancestrais. “Com a expansão da propriedade (como categoria ideológica, social, econômica e jurídica)”<sup>11</sup>, torna-se quase impossível a efetivação da espacialidade e da mobilidade dos Guarani. A não ser através de táticas...

Os indígenas no contexto da colonização são análogos ao que Certeau<sup>12</sup> identifica como “produtores desconhecidos, poetas de seus negócios”. Desenham “trajetórias indeterminadas”, apreendidas como um “movimento temporal no espaço”, ou noutros termos, “a unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos”. Estes caminhos traçados pelos nativos parecem carecer de lógica para os *conquistadores*, uma vez que não se mostram coerentes com “o espaço construído, escrito e pré-fabricado” pelos poderes institucionalizados.

Os *pioneiros* colonizadores, em conseqüência do respaldo que lhes é proporcionado, percebem-se como *estabelecidos*<sup>13</sup>, determinando para si um estilo de vida comum, definindo certas normas e padrões de comportamento e se orgulhando dos mesmos, normas e padrões que traduzem, a partir do seu ponto de vista, uma condição humana superior. Esta condição legitima a tentativa de extirpar os Guarani das proximidades, seres que concebem como inferiores, uma vez que a permanência de outras sociedades que não compartilhem dos mesmos valores, portadores de características *ruins*, acaba por se tornar uma ameaça ao estilo de vida instituído.

Neste caso específico, os recursos de poder que permitem aos *estabelecidos* afirmar sua superioridade e lançar um estigma sobre o *outro* como pessoas de estirpe inferior provêm de diferenças grupais étnicas. Conforme Elias e Scotson<sup>14</sup>, a sociodinâmica da estigmatização, que leva a fixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro conjunto de pessoas, é uma das armas usadas pelas comunidades que tencionam se fazer entender como superiores nas disputas de poder como meio de manter sua supremacia social.

---

<sup>1</sup> SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 77-116.

<sup>2</sup> SOUZA. In: CASTRO, 2000.

<sup>3</sup> GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 49-76.

<sup>4</sup> Sobre esta questão são consideradas obras clássicas, dentre outras: FAUSTO, 1972 e DE DECCA, 1983.

<sup>5</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. pp. 252-299:282.

<sup>6</sup> RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

<sup>7</sup> Alguns estudos relevantes a respeito do período são, dentre outros: MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981 e BENEVIDES, Maria Vitória. **O governo Kubitschek**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>8</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, n. 35, 1992. pp. 21-74.

<sup>9</sup> SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

<sup>10</sup> SCHREINER, 2002: pp. 80-81.

<sup>11</sup> Id., pp. 90

<sup>12</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I. pp. 98-99.

<sup>13</sup> ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

<sup>14</sup> Op.cit. 2000: 24.